

RIO DE JANEIRO: Um palco de negociações no maré lusitanum

*Rio de Janeiro: a stage of negotiation
no maré lusitanum*

Carlos Leonardo Kelmer Mathias¹

Resenha

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, 418 p.

Palavras-chave: cidade, império e negociação.

Tentar perceber o papel da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na consolidação do processo de colonização portuguesa na América, assim como os mecanismos estruturantes da política colonial lusa. Eis, em linhas gerais, do que Maria Fernanda Bicalho tratou em "A cidade e o Império – o Rio de Janeiro no século XVIII", resultado do seu doutoramento defendido na USP em 1997, finalmente trazido a público pela Civilização Brasileira. Em meio à Europa seiscentista beligerante, Portugal devia decidir-se entre, por um lado, a Inglaterra – nação que despontava como a principal potência econômica e militar de então – ou, por outro lado, a coalizão franco-espanhola. O reflexo de tal decisão teria, como não podia deixar de ser, conseqüências nos domínios ultramarinos portugueses. E é imerso nessa conjuntura, e logicamente interagindo com elas, que a autora situa os seus estudos sobre a importância da cidade do Rio de Janeiro e de seus "moradores" na manutenção do Império português.

Ao lado da estonteante beleza da cidade carioca, uma profunda preocupação com a defesa deste território era a tônica das diversas

¹ Mestrando em História pela UFRJ – Correio eletrônico: clkmathias@ig.com.br

correspondências trocadas entre seus governadores e as autoridades lisboetas -preocupação esta traduzida por um forte sentimento de medo não só por parte dos habitantes de São Sebastião, mas, também, pela metrópole. Neste sentido, "a experiência de sentir-se ameaçado era um dado fundamental na dinâmica da própria relação colonial" (p. 18), na medida em que a cidade, quer pela sua estratégica posição geográfica, quer por sua importância político-econômica, foi constantemente ameaçada por corsários e piratas.

Tendo sempre em mente que a perda do Rio de Janeiro significava a perda da "moeda de garantia" de que Portugal dispunha para se sustentar na rede de conflitos européia, a autora destaca a crescente importância que a cidade adquire enquanto locus articulador de toda a região Centro-Sul da colônia - em parte devido ao ouro mineiro - ao longo do século XVIII, resultando, inclusive, na transferência da sede do governo do Estado do Brasil da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763. A notoriedade carioca fazia-se sentir dentro do vasto Império português em um momento no qual a disputa européia ultramarina por territórios levava à pauta do dia o problema da "defesa do patrimônio" luso no além-mar.

Comentando a estada do navio *Arc-em-Ciel*, capitaneado por M. Pepin de Bellisle, a autora praticamente nos transporta para o Rio de Janeiro de 1748. Segundo ela, "o diário de bordo desta nau é um dos mais curiosos e detalhados na descrição do cotidiano da Cidade, de sua população, de seus hábitos e costumes, de seu comércio e produção, apresentando um relato minucioso dos cerimoniais que envolviam o recebimento de estrangeiros e a hospitalidade a eles concedida" (p. 113).

A segunda parte "penetra na cidade" especialmente observando os traços característicos do urbanismo lusitano. Para Bicalho, as cidades portuguesas se ergueram em pontos que lhes permitiam adentrar e dominar o interior, posicionar-se estrategicamente nas rotas coloniais do Atlântico Sul e das Índias e, sobretudo, proteger suas conquistas das investidas externas. Elas são percebidas enquanto "ponto de partida para a colonização e centro nevrálgico para a consolidação do território e do domínio luso no além-mar" (p. 168). Retomando algumas constatações da primeira parte do livro, a autora verifica a crescente importância que o porto da cidade adquire com a criação da Colônia de Sacramento, consolidando a rede Luanda - Rio de Janeiro - Buenos Aires. Esta vocação atlântica da cidade do Rio de Janeiro, somada à presença do ouro em Minas Gerais e ao já mencionado assédio externo, refletiu a necessidade de seu "enclausuramento" com o intuito de controlar os homens internamente, garantir a ordem e defendê-la das investidas externas - como as de 1710 com Duclerc, e 1711 com Duguay-Trouin, esta última originando conseqüências funestas para os cofres carioca e régio.

A simples presença de um navio estrangeiro na Baía de Guanabara, ou a notícia de que um estava navegando para as águas do Rio, era motivo de perturbações da ordem e motins que revelavam a "onipresença do medo e a sensação, mesmo que ilusória, de que se vivia na época em uma cidade permanentemente sitiada" (p. 263). Contudo, o mais preocupante em um motim não eram propriamente as alterações internas que dele poderiam porvir mas, principalmente, a possibilidade de uma "cumplicidade transgressora" entre os colonos e os estrangeiros.

Um dos pontos altos do livro está na conclusão que a autora obtém da invasão francesa de Duguay-Trouin em 1711. Afora o enorme prejuízo econômico, a investida de 1711 minou a "ordem colonial e o exercício da autoridade régia e metropolitana na região" (p. 281), o que levou Portugal a recuar em um dos mais caros "mecanismos de dominação da metrópole: o fisco" (p. 288). Segundo Bicalho, 1711 marcou profundamente a própria relação colonial, que passou a ser baseada "na cautela, na prudência, no bom governo, na defesa e no alívio das contribuições excessivas quando os ânimos dos colonos se alteravam a tal ponto que ameaçassem, fosse pela revolta, fosse pela aliança com o inimigo externo, subverter a ordem colonial". Neste sentido, a política colonial portuguesa teve que ser reformulada, pois "a conjugação entre medo e tensão, invasão e motim, ameaça externa e perigo interno, levou os responsáveis pelos assuntos ultramarinos no reino e nas conquistas a redefinirem os mecanismos de controle dos homens e de ordenação do espaço urbano das cidades colônias" (p. 292).

No decorrer do século XVII, não tendo como financiar as despesas militares da colônia, a metrópole transferiu aos colonos os custos de sua própria defesa, delegando à câmara carioca uma considerável importância, tanto internamente quanto externamente. Porém, ao longo de todo o século XVIII, a Fazenda Real assume os gastos com a defesa e a construção civil no Rio de Janeiro, concorrendo para um enfraquecimento econômico, político e administrativo da câmara e para um aumento da capacidade de intervenção do funcionário régio no espaço urbano e de seu poder no governo da capitania, o que, como destaca a autora, não foi um processo pacífico. No último capítulo do livro, Bicalho volta a um dos pontos centrais de sua argumentação: o papel da câmara na arquitetura política do Império e no reforço da hierarquia na sociedade colonial. Analisando as representações enviadas pela câmara do Rio de Janeiro ao monarca, a autora constata que dois pontos aparecem com certa frequência nesta documentação analisada: a "qualidade" das pessoas que poderiam ser eleitas aos cargos camarários, e os contínuos embates entre os oficiais da câmara e os representantes do poder metropolitano.

A questão girava em torno da disputa entre nobreza e comerciantes para o acesso aos cargos da câmara. Havia uma forte resistência por parte da nobreza da terra em permitir o acesso desses comerciantes aos tais cargos. Estes, por seu turno, utilizavam diferentes estratégias para obter o acesso, tais como: casavam-se com filhas da nobreza em situação financeira difícil, ingressavam na carreira militar ou eclesiástica ou, o que também era muito comum, esperavam receber honras e mercês por parte da Coroa em troca de serviços a ela prestados. Neste sentido, e de acordo com a lógica do Antigo Regime, ao requerer um bem junto ao monarca, o indivíduo ou grupo reafirmava a obediência devida ao seu rei, o que evidenciava a legitimidade da troca e a necessidade da restituição. Esta prática, entendida por “economia moral do dom”², integrava vários poderes informais que agiam paralelamente às leis oficiais e às rotinas jurídicas, servindo como “mecanismo de instauração da ordem e instrumento no jogo das relações políticas” (p. 382-383).

Ressalta-se no livro de Maria Fernanda Bicalho o quão complexo este processo de colonização se configurou no decorrer dos séculos XVII e XVIII, complexo na medida em que evidencia uma contínua situação de negociação entre a nobreza da terra – principalmente via câmara municipal – e as autoridades régias que, embora nem sempre com interesses em comum, atuavam em um mesmo palco, o maré lusitanum, via cidade do Rio de Janeiro.

O que a princípio caracterizaria uma situação de conforto para a metrópole, dona da região mais rica do planeta e de um dos portos melhor localizado em todo o Império, originou incursões de corsários ao Rio, medo frente a ameaças externas e também internas. Por sua vez, tal situação evidenciou não somente as deficiências militares do porto do Rio como também a precária condição financeira da coroa, que não dispunha de recursos para contornar tal situação, pelo menos em um primeiro momento. As tentativas de resolver tal conjuntura – enclausurar uma das cidades mais “dadas” ao Atlântico – redundaram em concessões à câmara carioca, que, por sua vez, utilizaria tais privilégios nos embates contra as próprias autoridades régias no século XVIII. Aqui percebemos uma aproximação da autora

² HESPANHA, Antônio M. & XAVIER, Ângela B. “As redes clientelares” (1998). In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 339-349. Sobre a prática da concessão de mercê e suas conseqüências ver também: FRAGOSO, João. (2000). “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 1, p. 45-122, e BICALHO, Maria F. B., FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria. (2000). “Bases da materialidade e da Governabilidade no Império: uma leitura do Brasil colonial”. *Penélope*, n 24, Lisboa, p. 67-88.

com a recente historiografia internacional sobre impérios ultramarinos da época moderna, a qual destaca as tensões e negociações que marcaram a dinâmica das relações colônia-metrópole³.

A professora Bicalho revela-se influenciada pelas análises de Charles Boxer ao estudar o império luso através de uma abordagem comparativa, realizando incursões às câmaras de Goa e de Macau, por exemplo. Neste sentido, o império luso adquire uma grande densidade⁴.

A verificação destes pontos só demonstra o quanto o livro de Maria Fernanda Bicalho é rico em constatações inovadoras, que suscitam, no seu leitor, uma série de questionamentos acerca do complexo funcionamento do sistema colonial, o qual, longe de se caracterizar por um processo unilateral, foi marcado por uma participação ativa colonial representada, mormente, pelas câmaras.

³ Ver GREENE, Jack P. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. The University Press of Virginia, 1994. Bicalho analisa o papel das câmaras enquanto instrumento de negociação em "As fronteiras da negociação: as câmaras municipais na América Portuguesa e o poder central". In: *História: fronteiras/ANPUH*. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999, p. 467-483.

⁴ Ver, BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, e também *A idade de ouro no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.